

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RAFAEL CARLOS LIMA OLIVEIRA

*A ironia de quem “formosa” te chamou!*

A rua Formosa no processo de elitização do Anhangabaú (1877-1917)

Versão Corrigida

Volume 1

São Paulo

2021

RAFAEL CARLOS LIMA OLIVEIRA

*A ironia de quem “formosa” te chamou!*

A rua Formosa no processo de elitização do Anhangabaú (1877-1917)

Versão Corrigida

Volume 1

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências, curso História Social.

Área de concentração: Cultura Material e Visual, Historiografia e Documentação.

Orientadora: Solange Ferraz de Lima

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O48i Oliveira, Rafael Carlos Lima  
A ironia de quem "formosa" te chamou! A rua Formosa no processo de elitização do Anhangabaú (1877-1917) / Rafael Carlos Lima Oliveira; orientadora Solange Ferraz de Lima - São Paulo, 2021.  
259 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. SÃO PAULO. 2. ANHANGABAÚ. 3. URBANIZAÇÃO. 4. ELITIZAÇÃO. 5. GEOREFERENCIAMENTO. I. Lima, Solange Ferraz de, orient. II. Título.

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE****Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

**Nome do (a) aluno (a):** Rafael Carlos Lima Oliveira

**Data da defesa:** 27/04/2021

**Nome do Prof. (a) orientador (a):** Solange Ferraz de Lima

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 10/05/2021



---

*(Assinatura do (a) orientador (a))*

RAFAEL CARLOS LIMA OLIVEIRA

*A ironia de quem “formosa” te chamou! A rua Formosa no processo de elitização do Anhangabaú (1877-1917).*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências, curso História Social.

Área de concentração: Cultura Material e Visual, Historiografia e Documentação.

Orientadora: Solange Ferraz de Lima

Os membros da comissão julgadora, em sessão pública realizada em \_\_/\_\_/\_\_, considerou o candidato:

- 1) Examinador:
- 2) Examinador:
- 3) Examinador:
- 4) Presidente:

À Jose Heleno Barbosa que, mesmo sem saber,  
me ensinou muito sobre porque fazer isto – e  
também sobre porque não o fazer.

À cidade de São Paulo que, em toda a sua  
rigidez e brutalidade, me foi tão acolhedora.

## AGRADECIMENTOS

Ao apresentar a edição fac-similar de 1983 de *Brás, Bexiga e Barra Funda*, Audálio Dantas, então superintendente da Imprensa Oficial do Estado, descreveria a obra de Antônio de Alcântara Machado como *um caso de amor com as ruas*. Um interesse genuíno sobre suas possibilidades, suas histórias e sua gente. *Essa gente dos contos de Alcântara Machado, tão real, tão viva, tão barulhenta, ainda anda por aqui e foi quem levantou e mantém em alta velocidade a enorme metrópole. Essa gente é o cerne da cidade, e sua própria memória.*

Assim como Machado, essa pesquisa também é fruto de um caso de amor com as mesmas ruas. Estas que, quase cem anos depois, instigaram meu interesse sobre suas possibilidades, suas histórias e sua gente. Que foram pano de fundo da minha vida e que me lembram, sempre que as reencontro, dos momentos que vivi com as pessoas que me trouxe, muitas das quais hoje desconheço. A elas dedico, pois, meus agradecimentos.

À Maria Antônia, Bom Pastor e Dona Veridiana, pelo encontro com minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Solange Ferraz de Lima, acompanhante de longa data dessa jornada, cuja acolhida, paciência e compreensão durante tantos anos foram vitais para a composição desse trabalho.

À Dr. Artur Neiva e à avenida Jaguaré, agradeço não apenas por me acolherem *quando cheguei por aqui e nada entendi*, mas também por me permitirem viver momentos insubstituíveis. Grande parte do que sou hoje residiu em vocês.

Agradeço também às inúmeras ruas, avenidas e praças da Universidade de São Paulo: Prof. Lineu Prestes, Prof. Luciano Gualberto, Universidade, Prof. Mello Moraes, Prof. Lúcio Martins Rodrigues, Reitoria, Anfiteatro, Praça do Relógio e muitas outras. Pelos conhecimentos e aprendizados que obtive, mas também pelos amigos, pelas festas e pelas experiências pessoais – positivas e negativas – sem as quais não teria me maturado enquanto ser humano. Agradeço também pelas frustrações e decepções que, mesmo incômodas, são inerentes e imprescindíveis à vida. Vocês guardam algumas das minhas mais preciosas memórias.

À Nelson Antônio, pelo apoio em parte desse trabalho. À avenida Manoel Pedro Pimentel pela parceria e amizade de anos. E também à Agissê, Dona Antônia de Queirós, Santa Isabel, Barão de Campinas, Álvaro de Carvalho e à Praça Franklin Roosevelt, por me proporcionarem momentos de suporte, risadas, paciência e compreensão. Além destas, agradeço também à inúmeros logradouros centrais pelas festas de rua, pelos shows, pelos aniversários, pelas Viradas Culturais e todos os outros incontáveis momentos onde pude conhecê-las em plenitude. Grande parte da motivação deste trabalho veio de vocês. Pelos carnavais, peço desculpas. Pelas paradas do orgulho, não.

À avenida Ipiranga, por abrigar o Edifício Copan, sonho de longa data e de onde escrevo hoje esses agradecimentos. Por uma de suas janelas, observo a cidade tema deste trabalho, em que busquei, tantas vezes, inspiração para continuar a pesquisa.

Além disso, agradeço à algumas ruas emprestadas. À Guimarães, pelo incondicional apoio, impossível de ser mensurado. À Caparaó, por abrigar, neste momento, um amor de mais de uma década. Às outras dessa cidade franco-norte-americana dos trópicos, o Curral del-Rey, por serem meu porto seguro. Meu muito obrigado e a minha saudade.

Por fim, à rua Formosa, companheira e tema deste trabalho.



*Quando eu morrer quero ficar,  
Não contem aos meus inimigos,  
Sepultado em minha cidade,  
Saudade.*

**“Quando eu morrer”, de Mario de Andrade**

*- Isso aqui é São Paulo, entendeu?*

*- Grande bosta!*

**“O homem que virou suco” (1981), de João Batista de Andrade**

## RESUMO

**OLIVEIRA**, Rafael Carlos Lima. *A ironia de quem “formosa” te chamou! A rua Formosa no processo de elitização do Anhangabaú (1877-1917)*. 2021. 251 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Este trabalho propõe um novo caminho analítico para entender o primeiro processo de elitização do Vale do Anhangabaú, ocorrido na virada do século XIX para o XX, ultrapassando as escolhas metodológicas consolidadas nos estudos de referência – focadas nos eixos arquitetônico e urbanístico – para repensar o mesmo transcurso tendo como ponto focal os moradores. Logo, ao abdicarmos do esmiuçamento de grandes projetos desenhados para a região, pretendemos contribuir com uma vertente pouco aprofundada nos trabalhos sobre a temática: refinar os perfis de ocupação humana e entender sua evolução em territórios que tenham experienciado movimentos de intensa – e súbita – transformação espacial. Dessa forma, a partir do mapeamento dos principais grupos afetados no processo, queremos entender como as modificações urbanas influenciam nas lógicas sociais de convivência e ocupação do espaço. Dentro do processo, elegemos como recorte de investigação a rua Formosa. Localizada entre o Vale do Anhangabaú e os jardins do Theatro Municipal, a rua era peça-chave no projeto de remodelação. Permeada por edificações vistas como entraves à modernização e ao projeto estético de metrópole que se desejava alcançar, seria parcialmente apagada do mapa para dar espaço a construção do Parque Anhangabaú, ao custo de uma ampla desapropriação coletiva e da retirada de moradores. Todavia a introdução de uma estética refinada não dissiparia seus antigos usos, que deixariam resquícios e afluariam no convívio diário um descompasso entre o tempo do progresso e o dos laços com o espaço.

**Palavras-Chave:** Anhangabaú; Rua Formosa; Urbanismo; Elitização; Georreferenciamento.

## ABSTRACT

**OLIVEIRA**, Rafael Carlos Lima. *The irony of who “formosa (beautiful)” called you! The Formosa street in the elitization process of Anhangabaú (1877-1917)*. 2021. 251 f. Dissertation (Master Degree) – Postgraduate Program in Social History, Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

This work proposes a new analytical path to understand the first elitization process of the Anhangabaú Valley, which took place at the turn of the 19th to the 20th century, going beyond the methodological choices consolidated in the reference studies – focused on the architectural and urban axes – to rethink the same course with the residents as the focal point. Therefore, when we abandon the scrutiny of large projects designed for the region, we intend to contribute with a little depth in the works on the theme: refine the profiles of human occupation and understand its evolution in territories that have experienced movements of intense - and sudden - transformation space. Thus, based on the mapping of the main groups affected in the process, we want to understand how urban changes influence the social logic of living together and occupying space. Within the process, we chose Formosa street as a research section. Located between the Anhangabaú Valley and the gardens of the Municipal Theater, the street was a key part of the remodeling project. Permeated by buildings seen as obstacles to modernization and the aesthetic project of a metropolis that it was desired to reach, it would be partially erased from the map to make space for the construction of Anhangabaú Park, at the cost of a large collective expropriation and the removal of residents. However, the introduction of a refined aesthetic would not dissipate its old uses, which would leave traces and bring a mismatch between the time of progress and that of ties with space in daily life.

**Keywords:** Anhangabaú; Formosa Street; Urbanism; Elitization; Georeferencing.

## RESUMEN

**OLIVEIRA**, Rafael Carlos Lima. *¡La ironía de quién te llamó “formosa (hermosa)”! La calle Formosa en proceso de elitización de Anhangabaú (1877-1917)*. 2021. 251 f. Tesis (Maestría) – Programa de Posgrado en Historia Social, Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2021.

Este trabajo propone un nuevo camino analítico para comprender el primer proceso de elitización del Valle de Anhangabaú, que tuvo lugar entre los siglos XIX y XX, yendo más allá de las opciones metodológicas consolidadas en los estudios de referencia –enfocados en los ejes arquitectónicos y urbanos – para repensar el mismo curso con los residentes como punto focal. Por ello, cuando abandonamos el escrutinio de los grandes proyectos diseñados para la región, pretendemos contribuir con un poco de profundidad en los trabajos sobre el tema: afinar los perfiles de la ocupación humana y comprender su evolución en territorios que han experimentado movimientos de transformación intensa – y repentina – del espacio. Así, a partir del mapeo de los principales grupos afectados en el proceso, queremos comprender cómo los cambios urbanos influyen en la lógica social de la convivencia y la ocupación del espacio. Dentro del proceso, elegimos la calle Formosa como sección de investigación. Ubicada entre el Valle de Anhangabaú y los jardines del Teatro Municipal, la calle fue pieza clave del proyecto de remodelación. Impregnado por edificios vistos como obstáculos a la modernización y el proyecto estético de una metrópoli que se deseaba alcanzar, se borraría parcialmente del mapa para dar cabida a la construcción del Parque Anhangabaú, a costa de una gran expropiación colectiva y el desalojo de vecinos. Sin embargo, la introducción de una estética depurada no dispararía sus antiguos usos, que dejarían huellas y provocarían un desajuste entre el tiempo del progreso y el de los vínculos con el espacio en la vida cotidiana.

Palabras Clave: Anhangabaú; Calle Formosa; Urbanismo; Elitización; Georreferenciación.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 01</b> – “Bairro do Chá (princiado a edificar em 1874)” – Militão Augusto de Azevedo.....	19
<b>Imagem 02</b> – “Vale do Anhangabaú” – Guilherme Gaensly.....	20
<b>Imagem 03</b> – Postal n. 24, “Viaduto do Chá” – Guilherme Gaensly .....	21
<b>Imagem 04</b> – Planta História da Cidade de São Paulo 1800-1874 – Afonso de Freitas .....	44
<b>Imagem 05</b> – Mapa da Capital da Província de São Paulo. Edifícios Públicos, Hotéis, Linhas Férreas, Igrejas, Bonds, Passeios, etc. - Jules Martin e Fernando de Albuquerque .....	46
<b>Imagem 06</b> – Perspectiva da proposta de travessia em aterro veiculada por Jules Martin, 1879.....	51
<b>Imagem 07</b> – Planta da cidade de São Paulo levantada pela Companhia Cantareira e Esgotos - Henry B. Joyner M.I.C.E .....	53
<b>Imagem 08</b> – “Bairro do Chá (princiado a edificar em 1874)” – Militão Augusto de Azevedo.....	58
<b>Imagem 09</b> – Detalhe da figura 08, segundo recorte proposto por Campos – Chalé de Abílio A. S. Marques .....	60
<b>Imagem 10</b> – Detalhe da figura 08, segundo recorte proposto por Campos – Chalé desconhecido .....	60
<b>Imagem 11</b> – Detalhe da figura 08, segundo recorte proposto por Campos – Chalé de Rodovalho .....	61
<b>Imagem 12</b> – Espectro ocupacional da rua Formosa entre 1876 e 1887 – Comércio .....	62
<b>Imagem 13</b> – Espectro ocupacional da rua Formosa entre 1876 e 1887 – Serviços Domésticos.....	64
<b>Imagem 14</b> – Espectro de Ocupação – Lista de Eleitores .....	68
<b>Imagem 15</b> – Charge assinada por Jules Martin .....	70
<b>Imagem 16</b> – Recorte da genealogia das famílias Santos Silva, Mendes Silva, Prates, Paes de Barros, Silva Machado, Lacerda Jordão e Souza Aranha. Ao fim, fotografia de Luís Filipe Botelho de Medeiros .....	72
<b>Imagem 17</b> – Recorte da genealogia, contemplando Eduardo Prates, o Conde de Prates e Antônia dos Santos Silva com seus quatro filhos .....	75
<b>Imagem 18</b> – Recorte da genealogia, contemplando Eduardo Prates com seus pais, Fidêncio Nepomuceno Prates e Inocência Júlia da Silva Machado, e seus avós maternos, Ana Ubaldina do Paraíso Guimarães e João da Silva Machado, o 1º Barão de Antonina .....	75

<b>Imagem 19</b> – Recorte da genealogia, contemplando Antônia dos Santos Silva com seus pais, Joaquim José dos Santos Silva, o Barão de Itapetininga, e Corina de Souza Castro, casados nas segundas núpcias do Barão .....	76
<b>Imagem 20</b> – Recorte da genealogia, contemplando Joaquim José dos Santos Silva, o Barão de Itapetininga, com sua primeira esposa, Ana Eufrosina Pereira Mendes/Ana Pereira dos Santos e a filha do casal, Maria Hipólita dos Santos Silva .....	77
<b>Imagem 21</b> – Recorte da genealogia, contemplando Joaquim José dos Santos Silva, o Barão de Itapetininga, com seus pais, o Coronel Joaquim José dos Santos e Antônia Joaquina Mendes da Silva, juntamente de seus sete irmãos .....	77
<b>Imagem 22</b> – Espectro de Ocupação – Imposto sobre muros .....	82
<b>Imagem 23</b> – "Casas: seguro emprego de capital" .....	83
<b>Imagem 24</b> – "Planta geral da capital de São Paulo, organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim, intendente de obras" .....	85
<b>Imagem 25</b> – "Planta da Cidade de São Paulo, assinada pelo Engenheiro Antônio Manoel Bueno de Andrade em 17 de maio de 1893 e copiada pelo Engenheiro Vicente Huet de Bacellar" .....	95
<b>Imagem 26</b> – Capa do jornal “O Arauto”, publicação do Grêmio do Comercio de São Paulo.....	99
<b>Imagem 27</b> – Espectro ocupacional da rua Formosa entre 1894 e 1911 – Leilões .....	101
<b>Imagem 28</b> – Espectro ocupacional da rua Formosa entre 1894 e 1911 – Leilões Rodovalho.....	108
<b>Imagem 29</b> – Espectro ocupacional da rua Formosa entre 1894 e 1911 – Comércio .....	110
<b>Imagem 30</b> – Espectro ocupacional da rua Formosa entre 1894 e 1911 – Aluguel de quartos e cômodos .....	112
<b>Imagem 31</b> – “Duas fotografias comparativas do portão de entrada do Polytheama” .....	117
<b>Imagem 32</b> – “Pension pour artistes Maison Doree” .....	119
<b>Imagem 33</b> – Conta do Paradis Retrouvé .....	116
<b>Imagem 34</b> – “Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá” .....	123
<b>Imagem 35</b> – “Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá”, dividida em três planos de análise .....	125
<b>Imagem 36</b> – Divisão territorial retratada por Manoel .....	127
<b>Imagem 37</b> – Planta "Morro do Chá" após comparação com a formação territorial retratada por Manoel .....	129
<b>Imagem 38</b> – Imóvel nº 28 – Casinholas .....	131

<b>Imagem 39</b> – Imóvel nº 28 – Venezianas .....	133
<b>Imagem 40</b> – Recorte da fotografia “Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá”, com enfoque para a numeração das casas .....	136
<b>Imagem 41</b> – Recorte da fotografia “Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá”, com enfoque para as casas além muro .....	138
<b>Imagem 42</b> – Planta da casa de nº 16 .....	140
<b>Imagem 43</b> – Espectro ocupacional da rua Formosa entre 1894 e 1911 – Escola Masculina da Rua Formosa .....	146
<b>Imagem 44</b> – Espectro ocupacional da rua Formosa entre 1894 e 1911 – Alunos matriculados nas quatro instituições escolares selecionadas para essa pesquisa .....	148
<b>Imagem 45</b> – Espectro ocupacional da rua Formosa entre 1894 e 1911 – Casas utilizadas como exemplo da ocupação escolar no decorrer do texto .....	150
<b>Imagem 46</b> – Largo do ouvidor e a rua Quintino Bocaiuva em direção à rua Direita – Aurélio Becherini .....	161
<b>Imagem 47</b> – Rua Formosa em 1911, após a inauguração do Theatro Municipal – Aurélio Becherini .....	163
<b>Imagem 48</b> – A mesma rua vista de outro ângulo, em 1911 – Aurélio Becherini .....	165
<b>Imagem 49</b> – Rua Formosa em 1911 e em 1918 – Aurélio Becherini .....	169
<b>Imagem 50</b> – Proposta de abertura de uma rua que prolongasse a extinta rua Anhangabaú até o Largo da Memória .....	176
<b>Imagem 51</b> – Diferentes insígnias utilizadas por Eduardo da Silva Prates para identificar a veracidade de suas comunicações oficiais com Samuel das Neves .....	179
<b>Imagem 52</b> – Espacialização da lista particular de Samuel das Neves, onde consta o nome dos proprietários dos imóveis de numeração ímpar da rua Formosa que seriam demolidos para a construção do Parque Anhangabaú .....	181
<b>Imagem 53</b> – Valor locatício anual dos imóveis demolidos no Anhangabaú .....	183
<b>Imagem 54</b> – Localização dos imóveis selecionados dentre aqueles que submeteram projetos de modificação após aprovação da Lei 1.457 de 1911 .....	191
<b>Imagem 55</b> – Planta do imóvel nº 6, segundo solicitação apresentada em 13 de março de 1915 por Germano Appelt .....	193
<b>Imagem 56</b> – Planta do imóvel nº 6A, segundo solicitação apresentada em 11 de dezembro de 1915 por Hermam Appelt .....	195
<b>Imagem 57</b> – Planta do imóvel nº 42, segundo solicitação apresentada em 06 de março de 1914 por seus dois proprietários, Francisco Viotti e João de Barros Brotero – Folha 1 .....	197

<b>Imagem 58</b> – Planta do imóvel nº 42, segundo solicitação apresentada em 06 de março de 1914 por seus dois proprietários, Francisco Viotti e João de Barros Brotero – Folha 2 .....	198
<b>Imagem 59</b> – Planta do imóvel nº 42, segundo solicitação apresentada em 06 de março de 1914 por seus dois proprietários, Francisco Viotti e João de Barros Brotero – Folha 3 .....	199
<b>Imagem 60</b> – Planta do imóvel nº 42, segundo solicitação apresentada em 06 de março de 1914 por seus dois proprietários, Francisco Viotti e João de Barros Brotero – Folha 4 .....	200
<b>Imagem 61</b> – Planta do imóvel nº 8, segundo solicitação apresentada em 17 de setembro de 1913 por Pedro H. Appelt .....	202
<b>Imagem 62</b> – Nova planta do imóvel nº 8, segundo solicitação apresentada apenas 17 dias depois, em 13 de outubro do mesmo ano, por Hermam Appelt .....	204
<b>Imagem 63</b> – Planta dos imóveis nº 34-36, segundo solicitação apresentada em 10 de maio de 1910 por Octaviano Almeida Prado .....	206
<b>Imagem 64</b> – Nova planta dos imóveis nº 34-36, segundo solicitação apresentada menos de um mês depois, em 16 de junho de 1910, por Octaviano Almeida Prado – Folha 1 .....	208
<b>Imagem 65</b> – Nova planta dos imóveis nº 34-36, segundo solicitação apresentada menos de um mês depois, em 16 de junho de 1910, por Octaviano Almeida Prado – Folha 2 .....	209
<b>Imagem 66</b> – Espectro ocupacional da rua Formosa entre 1911 e 1917 – Atividades Comerciais.....	211
<b>Imagem 67</b> – Espectro ocupacional da rua Formosa entre 1911 e 1917 – Aluguel de quartos em casas de pensão .....	213
<b>Imagem 68</b> – Propaganda de inauguração do Cine Cairo .....	231
<b>Imagem 69</b> – Fachada do Cine Cairo em 19 de julho de 1977 .....	234
<b>Imagem 70</b> – Fachada do Cine Cairo em 2012 .....	238



## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo 1 – Primórdios ocupacionais (1877-1892) .....</b>	<b>40</b>
1.1. Loteamento, construção e ocupação inicial .....	41
1.2. A genealogia da família Silva e as relações de posse .....	69
1.3. Outros atores do jogo: política e lógica empresarial .....	81
<b>Capítulo 2 – A Formosa do pós-encilhamento (1892-1911) .....</b>	<b>93</b>
2.1. Estagnação imobiliária e novas estratigrafias ocupacionais .....	93
2.2. Questões sociais e discursivas .....	153
<b>Capítulo 3 – Modernidade e elitização? (1911-1917) .....</b>	<b>171</b>
3.1. O Conde de Prates e as desapropriações do Chá .....	171
3.2. Mudanças físicas, permanências sociais .....	188
<b>Epílogo .....</b>	<b>223</b>
Continuidades e permanências: um retrospecto a partir dos imóveis 16, 18 e 18A .....	223
<b>Conclusão .....</b>	<b>240</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>244</b>

## Introdução

O São Paulo de outrora, amigo e terno,  
 Era muito melhor do que o moderno.  
 Êste é apenas orgulho... o outro, saudade!  
 (SERPA E PAIVA, 1954, p. 12)

No início do século XIX, após anos de pouca expressividade, a província de São Paulo encontraria no café uma oportunidade de alcançar o centro da economia nacional. Potente, a produção cafeeira paulista – detentora de números expressivos já entre as décadas de 1850 e 1860 – conquistaria um novo patamar após o declínio da produção fluminense no final do século, protagonizando um ciclo marcado pelo emprego de mão de obra livre e do oeste de suas terras<sup>1</sup>. Todavia, o peso da influência paulista ainda era mais econômico do que político. É preciso lembrar que o Rio de Janeiro, como capital da monarquia, seguia concentrando o poder de decisão do país. Logo, não surpreendente seria a adesão da elite paulista ao movimento republicano em busca de maior poder, recuperando nesse ato, entre outras coisas, a figura dos bandeirantes como responsáveis pela garantia da unidade territorial brasileira, rapidamente glorificados e mitificados tão quão conveniente fosse.

Entretanto, à revelia da riqueza do café, a capital da província estava longe de corresponder a esse auge. Ao contrário da cidade de Recife – beneficiada com a ocupação holandesa do séc. XVII –, de Salvador – fundada em 1549 por Tomé de Souza e transformada em primeira capital do Governo-Geral do Brasil – ou até mesmo do Rio de Janeiro – capital da monarquia –, São Paulo guardava características de vila imperial, com a ocupação humana concentrada em seu triângulo histórico, grande presença de chácaras nas redondezas da cidade e infraestrutura precária.

Dessa forma, a virada do século XX seria marcada por transformações profundas no tecido urbano da cidade, visando responder a ânsia de aproximá-la dos grandes centros

---

<sup>1</sup> Nesse aspecto, fazemos uma importante ressalva. Como apontado pela historiadora Flávia Arlanch Martins de Oliveira, quaisquer contraposições entre o oeste paulista e o norte fluminense precisa levar em consideração que os auges produtivos das duas regiões ocorreram em momentos históricos e políticos distintos. Enquanto o Vale do Paraíba se beneficiou da força política do Império, o oeste paulista desponta justamente no momento de crise do segundo reinado e, por isso, demonstra preferência pela opção republicana. Isso não significa, contudo, que os paulistas fossem mais liberais. Conforme indicado por Oliveira, “no Oeste Paulista as relações de trabalho se mantiveram escravocratas até 1888 e o uso de técnicas e equipamentos agrícolas foi mínimo” (2010, p. 79). Dessa forma, a adoção pelo trabalho assalariado livre ocorreu muito mais “pela dificuldade concreta e financeira de reposição da mão de obra escrava” (p. 80) do que por um progressismo nas ideias da elite paulista.

mundiais através de uma arquitetura eclética que traduzisse o desenvolvimento e a riqueza dos cafeicultores paulistas. Era o momento de expansão, de sofisticação e, acima de tudo, de fazer jus ao discurso que se propagava pelas ruas: *São Paulo Progride*<sup>2</sup>

Esse progresso, contudo, era restrito. O processo de urbanização em curso nunca teve como objetivo realizar uma expansão democrática e, tendo os bens de raiz se transformado no principal investimento econômico do período, a tendência era de uma ainda maior concentração de riqueza e imóveis nas mãos das classes altas (DIAS, 2001). Dessa forma, se por um lado podemos encontrar essa nova cidade – facilmente representada em sua arquitetura – nas quatro séries de cartões postais produzidas pelo fotógrafo Guilherme Gaensly até meados de 1921<sup>3</sup>, uma análise minuciosa das imagens tomadas nos logradouros centrais denunciaria que grande parte dos seus transeuntes não acompanhavam essa modernização<sup>4</sup>, sendo possível encontrar indivíduos descalços, ambulantes, vendedores de animais, dentre outros tipos sociais incompatíveis com o novo projeto de cidade que se gestava aos poucos (FREHSE, 2011). Esses indivíduos, como pontua a socióloga Fraya Frehse, constituíam um “entrave social” ou um “obstáculo à modernização” e estariam, em geral, “associados a traços socioculturais de fortes implicações econômicas e políticas” (2011, p. 24). Ainda assim, também poderiam ser vistos nas fotografias de Vincenzo Pastore (PASTORE, 2009) das ruas da Esperança, Largo da Sé e Rua da Direita, e habitavam os cortiços que se espalhavam pela cidade, assim como as casas térreas de porta de janela, quartos individuais para locação e uma série de imóveis populares predominantes no tecido urbano bem distintos dos sobrados e

---

<sup>2</sup> O termo faz referência a fotografia de Aurélio Becherini, *Largo do ouvidor e a rua Quintino Bocaiuva em direção à rua Direita*, de 1906, onde é possível observar uma faixa pendurada no prédio vizinho a Livraria do Globo em que se lê *São Paulo Progride* (BECHERINI, 2009).

<sup>3</sup> Toma-se como base a relação de quatro séries fotográficas descritas por Rubens Fernandes Junior. São elas: Lembranças de São Paulo ([Gaensly & Lindemann, São Paulo] [G. Gaensly]), Série Iª ([Guilh. Gaensly]), Série A nº - ([Guilherme Gaensly, S. Paulo]), Série B nº - ([Guilherme Gaensly, S. Paulo]) (GAENSLY, 2011).

<sup>4</sup> Este fato é para nós um forte indicativo de como, ao contrário do esperado pelas elites, o desespero das transformações físicas nunca encontraria ecos perfeitos, principalmente por desconsiderar questões centrais como as do campo social. Nesse ponto, relembramos o impasse encontrado pelo historiador Paulo César Garcez Marins em seu trabalho “Através da Rótula”, quando, na São Paulo de meados dos oitocentos, em uma tentativa de modernizar a cidade combatendo o uso de rótulas nas casas, as autoridades locais se depararam com resistências diversas, inclusive de uma parcela das elites. Esse imbróglio, contudo, desviava o foco do fato de que, a revelia da questão, uma parte considerável da cidade ainda guardava construções estruturalmente antigas, estas sim entraves à modernização urbanística. Como apontado por ele, “as autoridades e seus desejos modernizantes eram débeis, tão débeis que tentavam inutilmente, e em inúmeras ocasiões, controlar o uso de simples janelas e portas gradeadas” (1999, p. 182), mas, enquanto isso, “em meio às raras construções neoclássicas ou àquelas características da passagem dos setecentos sobreviviam outras casas ainda mais antigas: em taipas meio desabadas, meio arruinadas [...] de fachadas assimétricas, em que as janelas e portas eram abertas em distância aleatória, e onde as janelas superiores dos sobrados nem mesmo correspondiam ao número de portas do pavimento térreo (1999, p. 185).

palacetes ligado as elites (OLIVEIRA, 2005) e que seriam demolidos para se construir a cidade burguesa no início do séc. XX.

As demolições dos imóveis até então existentes no espaço urbano, populares ou não, causaram, indiscutivelmente, uma mudança estética na paisagem. Tal realidade pode ser percebida facilmente, por exemplo, no Vale do Anhangabaú. Uma comparação rápida entre as fotografias de Militão Augusto de Azevedo até a segunda metade do século XIX, e as de Gaensly na primeira metade do século XX, nos mostram dois espaços urbanos completamente distintos. Se para o primeiro temos uma região quase rural, marcada por poucas edificações (sem que seja possível julgar o mérito de sua ocupação), no segundo o que vemos é a representação da ideia de modernidade almejada para o período: um projeto paisagístico arrojado, ajardinamento e palacetes construídos com arquitetura eclética. Essa nova visualidade, capturada pela lente do fotógrafo, induz a suspeita de que o mesmo possa ter ocorrido com seus moradores, visto que, comumente, ocupação, classe social, arquitetura, infraestrutura, modos e usos e diversas outras características subjetivas identitárias de um território estão diretamente conectadas.



FIGURA 01: “Bairro do Chá (princiado a edificar em 1874)”. Fotografia de Militão Augusto de Azevedo, 1887, tirada a partir do Grande Hotel, localizado na rua São Bento. Nela, vemos horizontalmente a rua Formosa, cortada pela futura rua Barão de Itapetinga. Acervo do Instituto Moreira Sales (IMS).



FIGURA 02: “Vale do Anhangabaú”. Fotografia de Guilherme Gaensly, 1920, tirada nos jardins do Theatro Municipal. No primeiro plano, vemos o ajardinamento da região do Parque Anhangabaú, tendo ao fundo os Palacetes Prates. Acervo do Instituto Moreira Sales (IMS).

O projeto por trás dessas mudanças, contudo, era maior do que apenas a promoção de uma alteração visual e ocupacional. O Vale do Anhangabaú figurava no período como a grande barreira material para expansão da cidade e o grande entrave para conectar o triângulo histórico ao florescente bairro do Chá. Nessa lógica, a edificação de um viaduto, proposto em 1877 pelo arquiteto e litógrafo francês Jules Martin, realizaria uma transposição dupla: física e mental. Se por uma lado permitia a conexão espacial entre dois pontos afastados da cidade, por outro, como pontua o arquiteto Pablo Hereñú, também faria com que a região do Vale do Anhangabaú passasse de “barreira” para “lugar”, ou seja, deixasse de ser vista como o empecilho do desenvolvimento urbano para se transformar num campo de possibilidades em aberto (HEREÑÚ, 2007).

Dessa forma, seus terrenos, até então desvalorizados, presenciariam um súbito interesse de investidores, um aumento vertiginoso nos preços de venda e arrendamento, bem como obras e modificações sucessivas. Seus rumos, contudo, mudariam drasticamente com a inauguração do Theatro Municipal, em 1911, momento em que o

Anhangabaú caminharia para ganhar status de “cartão de visitas” paulistano. A construção dessa nova estética visual condicionou-se, entretanto, a ampla demolição das edificações que compunham seu entorno – principalmente nas ruas Formosa e Líbero Badaró – e que causavam estranheza ao lado dos novos projetos urbanos, desenhados por renomados escritórios de arquitetura do período, com destaque para o do engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo. Parte deste contraste seria eternizado na fotografia “Viaducto do Chá”, de Guilherme Gaensly, pertencente a sua “Série B, Série Colorida (G. Gaensly, S. Paulo)”, onde é possível ver – com as devidas ressalvas – a simplicidade das casas frente o ecletismo majestoso do Theatro Municipal (a direita) ou, até mesmo, do Theatro São José (a esquerda).



FIGURA 03: Postal n. 24, “Viaduto do Chá”. A fotografia possivelmente foi tomada do edifício do Grande Hotel, na *Rotissiere Sportman*. Do lado esquerdo ao fundo, o Teatro São José; do direito o Theatro Municipal; no primeiro plano, as casas da rua Formosa, lado ímpar. Guilherme Gaensly. Acervo do Museu Paulista.

A fotografia, contudo, não nos fornece pistas sobre os usos desses imóveis, tampouco a identidade de seus moradores. Quando recorremos aos estudos de referência, encontramos associações dúbias, que se dividem entre classificá-las como parte de uma zona degradada – espaço de prostituição, pensões e cortiços populares –, ou como espaço de amplos sobrados arrendados. Segundo José Geraldo Simões Junior em sua obra *Anhangabaú: história e urbanismo*, os imóveis da rua Líbero Badaró – semelhantes aos

da rua Formosa e pertencentes ao mesmo dono, ainda que localizadas na outra ponta do Vale – “eram cerca de quinze casas de aluguel transformadas em cortiços e prostíbulos” (SIMÕES JUNIOR, 2004, p. 139). Seguindo as ideias de “casebres precários” estão as percepções de Candido Malta Campos ao apontar que “o Morro do Chá apresentava aspecto quase rural: por trás dos fundos descuidados do casario baixo das ruas Líbero Badaró e Formosa, hortas e capoeiras ocupavam as margens do canal aberto que continham o córrego Anhangabaú” (CAMPOS, 2002, p. 110). A historiadora Margareth Rago também segue a mesma linha ao evocar, em sua obra *Os prazeres da noite*, uma passagem do escritor e memorialista paulistano Jacob Penteadado sobre a juventude do escritor Oswald de Andrade, onde este teria relatado que

Ao descer a Rua Líbero Badaró na direção de casa, após as aulas, eu fazia parada habitual na venda do pai de Ponzini. Era um ambiente popular e curioso (...). É sabido que antes do alargamento da Líbero Badaró (...) era ela uma augusta passagem do centro de São Paulo que levava do fim da Rua José Bonifácio ao Largo de São Bento. Nessa viela central, concentrava-se o mulherio da vida que permanecia, da tarde à noite, seminu e apelativo nas janelas e nas portas abertas a qualquer um.

[...]

Caí afinal num bordel da Rua Líbero Badaró. Procurava, porém, dourar sempre de romantismo minhas visitas noturnas e rápidas. E muito me desgostei quando uma mulher que se desnudara no leito exclamou para mim: - Não precisa tirar as botinas! (PENTEADO, 1963, p. 42 e 54 *apud* RAGO, 2008, p. 83)

Contrariando em parte essas percepções, destaca-se o artigo do geógrafo Jaime Tadeu Oliva intitulado *A produção do ‘olhar urbano’ na primeira década do século XX, na cidade de São Paulo*. Nele o autor suscita, ao contrário da bibliografia consolidada sobre o assunto, a possibilidade de que os mesmos imóveis poderiam ser, na verdade, um “conjunto de casas muito bem construídas” (OLIVA, 2016, p. 257). Ao analisar uma carta de Antonietta Penteadado da Silva Prado endereçada a Ana Paulina de Lacerda Franco, mãe e avó do historiador Caio Prado Jr., respectivamente, Oliva se atenta a uma descrição feita por Antonietta da região do Chá: “Hoje inaugura-se o Theatro Municipal. Há grande entusiasmo. O Theatro está lindo e contrasta com os casebres que o rodeiam” (p. 255). A surpresa de Oliva se dá justamente na descrição dos imóveis:

[...] “os casebres” realmente contrastam com a suntuosidade do teatro, mas não são... casebres. Fotos históricas da época, como as que publicamos, nos apresentam conjunto de casas muito bem construídas, que se afastam radicalmente da visão e do significado de casebre em nossos dias. (p. 257).

Apesar do estranhamento, Oliva não se detém em uma análise mais profunda do fato, deixando a questão em suspenso. Tal posicionamento não lhe é exclusivo, mas, na verdade, corriqueiro das análises referentes ao Anhangabaú. Os principais estudos sobre o tema, incluindo os tidos como referência, delimitam-se em voos panorâmicos. Não há uma análise densa sobre a tipologia das casas, sua subdivisão interna, seus moradores, seus usos ou características mais aprofundadas, apenas análises generalistas. Dessa forma, se por um lado permitem uma ideia mais ampla dos processos de urbanização ocorridos em São Paulo entre o final do século XIX e o começo do XX, abrindo possibilidades de comparação e correlação, por outro, pecam justamente pela ausência de um olhar mais particular e intimista.

Esta pesquisa, pois, nasce com a inquietação gerada pela ausência de precisão. Como afirmar o caráter ocupacional da região sem se basear apenas no relato enquanto documento, mas utilizando, simultaneamente, dados e cruzamentos advindos de diferentes fontes documentais? Como entender as mudanças ocorridas no Anhangabaú a partir da ocupação humana, na escala da rua? Como se afastar de uma percepção essencialmente generalista, que tende a entender “moradores” no âmbito coletivo, e traçar uma nova análise, mais nominal, individual e que nos permita ver o mesmo processo tendo em mente as pessoas envolvidas em cada passo?

Essa inquietação, cabe aqui colocar, não é uma demanda solitária. A historiadora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, em seu artigo *Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942)* – desdobramento de sua tese de livre-docência, intitulada *A cidade como negócio* – aponta para o que denomina como a predominância de uma “perspectiva em voo de pássaro” (BUENO, 2016, p. 100), metodologia adotada comumente pelos estudos de urbanização do centro histórico de São Paulo que tendem a realizar análises em panorama. Em alternativa a esse recorte, tido como “mais habitual”, propõe um caminho que se aproxime de uma “arqueologia da paisagem”, metodologia próxima a utilizada pelos historiadores da cultura material (2016, p. 101) para, dessa forma, analisar pela “lente das ações individuais” o papel da arquitetura comum na composição urbana.

Seguiremos pela mesma via, contudo com enfoque no lado humano. E dessa forma, mais do que as questões de posse dos imóveis, queremos entender aqui o processo de vínculo com o espaço urbano. Quem o ocupava? De que maneira? Qual a sua relação com a produção daquele universo, com a vivência diária, com a formação das relações humanas que permeavam aquele local? Quais eram suas ocupações laborais, sua



conformação familiar, sua nacionalidade? E, de posse disso, entender como os processos de mudança espacial ocorridas naquele território afetaram esses atores sociais.

Para chegarmos o mais próximo possível desses indivíduos, adotamos como procedimento de trabalho a análise e o intercruzamento de fontes primárias múltiplas, provenientes de diversas tipologias, visando compreender as diferentes camadas que compõem esse processo. Nessa lógica, buscando entender a estética do espaço, os modos de morar, as tipologias dos imóveis e suas modificações, nos concentramos em analisar fotografias – dentre os quais, itens do acervo da Brasiliana Fotográfica, do Museu Paulista da USP, do Museu da Cidade de São Paulo e do Instituto Moreira Sales –, plantas de imóveis – acervo do Arquivo Histórico Municipal e da Biblioteca da FAUUSP – e descrições de periódicos – acervo do jornal O Estado de São Paulo. Para encontrarmos os donos, inquilinos e usuários (bem como as informações mais refinadas sobre cada indivíduo), transcrevemos e cruzamos informações das fichas de João Baptista Aguirra – acervo do Museu Paulista da USP –, dos anúncios de jornal – acervo do jornal O Estado de São Paulo –, das listas oficiais de proprietários utilizada pelo principal engenheiro de obras das reconstruções no Anhangabaú, Samuel das Neves – acervo da Biblioteca da FAUUSP – e dos livros de matrículas escolares das instituições de ensino da região – acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Sobre esta última fonte, abrimos um breve parêntese. Compostos, em média, por 12 campos de preenchimento – dentre os quais o número de matrícula, o número de ordem do ano, nomes, idades, naturalidade, filiação, profissão do pai, residência, época das inscrições, ano do curso, eliminação e observações – os livros de matrículas das escolas públicas da capital nos permitem a proximidade com um grupo que, com o crescimento da cidade, começava a ter contato com a educação formal proporcionada no início da Primeira República. Dado o novo posicionamento adotado pelo Estado frente a instrução pública, com um papel mais ostensivo desempenhado nesse campo, as camadas mais baixas da sociedade puderam, pela primeira vez, matricular seus filhos nas escolas. No caso paulistano, destacamos a reforma educacional produzida por Caetano de Campos a partir de 1893, que deu origem a ideia de “Grupo Escolar” e remodelou os métodos pedagógicos adotados pelos professores e pelas equipes das instituições de ensino. Com uma educação mais institucionalizada e uma cidade em franca expansão, esses documentos passaram a deter informações detalhadas sobre o local de moradia dos estudantes, visando definir desde a oferta de vagas até a área de cobertura da escola.

Isto posto, achamos importante destacar o ineditismo desta documentação, uma vez que, tendo como base outros trabalhos de micro-história vistos por nós como referência – como os de Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria Luiza Ferreira de Oliveira, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo César Garcez Marins, Fraya Frehse, dentre muitos outros – que estudaram (e tentaram definir) o perfil dos transeuntes da cidade de São Paulo, em nenhum deles a encontramos como matriz de dados. Logo, ao nosso ver, os registros escolares podem atuar como uma nova vertente documental capaz de, juntamente com outras já amplamente utilizadas, permitir acesso a informações mais precisas acerca dos moradores da capital, auxiliando a construir perfis sociais mais completos e complexos.

Nesse bojo, espacializamos a compilação dos dados obtidos nos acervos, com a ajuda do programa de georreferenciamento QGIS, na planta “Morro do Chá”, pertencente ao arquivo Aguirra – acervo do Museu Paulista da USP –, e escolhida por ser a única do período a representar detalhadamente a região no nível da rua. Por meio dela, construímos diversas lâminas temáticas com diferentes agrupamentos de dados, almejando comparar visualmente o padrão de ocupação encontrado na região e sua evolução. Ao fazê-lo nos juntamos aos esforços de outros pesquisadores – como Bueno, Maria Cunha Rosin, etc. – de utilizar as geotecnologias em estudos de caráter histórico. Sobre o assunto, Rosin defende que

Braudel também apontava que a história e a geografia estavam à beira de um divórcio (BRAUDEL, 1990), no entanto, o SIG e as demais geotecnologias vêm justamente na perspectiva de salvar este casamento, mantendo unida a relação estabelecida entre o tempo e o espaço em que os fenômenos históricos se colocam. [...] o SIG é a configuração idiomática da união entre as duas disciplinas, é a união do tempo, do espaço e dos aspectos sociais de um lugar e de pessoas, a fim de estabelecer um novo paradigma no modo de fazer história (ROSIN, 2014, p. 90).

Ainda nessa linha, Rosin nos traz as percepções de Zephyr Frank, historiador e professor da Universidade de Stanford, pioneiro no uso do SIG para investigações históricas, ao apontar que

as fontes tradicionais não dizem, por exemplo, onde mora exatamente determinado tipo de pessoa; não dizem em que determinada rua havia uma mistura específica de tipos sociais morando e trabalhando no mesmo espaço. As fontes não disponibilizam essas informações de uma maneira transparente de modo que o historiador possa extraí-las utilizando suas ferramentas tradicionais. Contudo, ao localizar tais informações no espaço utilizando as técnicas de análise espacial, o historiador pode conectar espacialmente o que

antes habitava âmbitos distintos. O historiador pode espacializar dados sobre as condições de vida das pessoas; sobre a sua vizinhança em seus lugares de trabalho e moradia; sobre o seu movimento através do tempo e espaço (FRANK, 2014 *apud* ROSIN, 2014, p. 91).

Dessa forma, o uso do georreferenciamento neste trabalho será vital para “dar uma dimensão imagética” aos indivíduos que estudaremos e seus movimentos no espaço.

Não obstante, para entender as relações humanas de poder e posse, analisamos a árvore genealógica das famílias Santos Silva e Prates, as discussões na câmara de vereadores e os relatórios de prefeitos – acervo do Arquivo Público Municipal –, sempre que possível tentando cruzar as documentações de posse de terra com os de títulos e cargos públicos. Por fim, para entender as percepções sociais sobre o processo, nos valem das notícias de jornal, das crônicas sobre o período, das discussões na câmara de vereadores e dos relatórios dos prefeitos.

Não obstante, temos consciência de que o intercruzamento de tantas informações pode acabar dando vazão a uma generalização excessiva. Dessa forma, nos guiando pela metodologia adotada por Paulo César Garcez Marins em sua tese de doutorado intitulada *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil (sécs. XVII-XX)*, isolamos, em meio aos recortes gerais, algumas casas-caso para dar mais concretude aos nossos resultados. Contudo, assinalamos de antemão que não conseguimos demonstrar a mesma destreza e riqueza de detalhes que Marins traz em seu trabalho, em grande parte pela dificuldade de encontrar informações abundantes dos indivíduos que pesquisamos. Sobre esse tipo de moradia e seus ocupantes, Marins já nos alertaria que

tais casas terras abrigavam a multidão de paulistanos que dificilmente permaneceram nominados na posteridade. Habitavam residências comuns, cujos moradores são de difícil identificação dado o caráter móvel, quase nômade dos domicílios das camadas populares da cidade. Grande parte dessas casas chegavam mesmo a abrigar numerosos moradores: negros de ganho que pernoitavam longe de seus senhores, mulheres e homens forros, brancos pobres ou empobrecidos. O custo dos aluguéis e as dificuldades econômicas faziam-nos perambular pelas casinhas simples, muitas delas locadas por prósperos senhores locais como o Barão de Itapetininga, as irmãs Toledo Rendon, os irmãos Souza Queiroz (MARINS, 1999, p. 191-192).

Entretanto, no mesmo trabalho, Marins também nos chamaria atenção para o fato de que nem todos aqueles que habitavam as residências – compostas em sua maioria por casas térreas ou intermediárias – das “ruas que Militão jamais se dignou a fotografar, de tão suspeitas ou ruinosas” (p.192) eram necessariamente pobres. Alguns, a despeito do

que poderia parecer, apenas não possuíam o suficiente para deter a posse (ou o arrendamento) de um sobrado. Como Marins ainda mencionaria em seu trabalho,

muitas outras casas térreas abrigavam, entretanto, moradores que tudo deviam fazer para não serem confundidos com pessoas de situação econômica – ou moral – semelhante à Pirula “safada”. Sem poder migrar para sobrados custosos devido a precariedades financeiras ou mesmo por permanecerem aferrados à moradias e costumes de seus antepassados, inúmeros outros paulistanos permaneciam em casas térreas guarnecidas por rótulas. Antônio Egydio Martins dá notícia de alguns deles, situados num espectro que ia de devedores a pequenos proprietários ou comerciantes, passando por alguns remediados que lutavam para manter uma dignidade social (MARINS, 1999, p. 193).

Retornaremos e dialogaremos com suas ideias no decorrer de nosso texto. Apesar disso, gostaríamos de fazer uma última ressalva prévia: o exame minucioso das fontes dentro de um estudo de micro-história suscita desafios redobrados, visto que requer um esforço especial para que seja possível apontar resultados consistentes, dada a necessidade de um imenso cruzamento, análise de dados, leituras e interpretação de lacunas. Dessa forma, ao adotarmos o afastamento das metodologias de “voo de pássaro” – amplas e generalistas – não nos furtamos de reconhecer os lapsos documentais aos quais fomos submetidos e, com eles, as inevitáveis ausências explicativas. Tais questões, pois, devem ser levadas em conta no decorrer da leitura deste trabalho.

Isto posto, antes de fazermos algumas considerações finais quanto recorte e de nos debruçarmos sobre as questões anteriormente elencadas, gostaríamos primeiramente de discutir as escolhas terminológicas utilizadas até então para descrever as ideias – e os desdobramentos – centrais deste processo. De antemão, adiantamos que para acoplar a influência capitalista no processo paulistano – sem deixar de abarcar aspectos importantes de outros vocábulos, aos quais reconhecemos – realizaremos neste estudo o uso da expressão elitização. Dessarte, chamamos atenção para o fato de que os acontecimentos que nos propomos analisar foram caracterizados na documentação oficial (como Atas da Câmara, Relatórios dos Prefeitos de São Paulo, legislações de desapropriação e aprovação de obras, etc.) por meio dos termos “melhoramentos”, “higienismo”, “modernização” e “progresso”. Acreditamos que tais termos – ainda que sob um viés historiográfico se mostrem cronicamente adequados, uma vez que realmente fazem parte do léxico descritivo utilizado no período em questão – não consigam abarcar a totalidade das faces, intenções e impactos que se desdobraram com a modificação espacial do Anhangabaú.

Nesse ponto, nos guiamos pelas ideias da historiadora Josianne Francia Cerasoli, ao indicar que

torna-se então recorrente uma imagem positiva dessas mudanças na cidade, não raramente tomando de empréstimo mesmo o vocabulário de alguns registros contemporâneos às transformações descritas, e de memorialistas – como renovação, melhoramento, embelezamento ou apenas modernização – que marcadamente carregam heranças dos julgamentos de valor elaborados no “calor da hora”, quando se processavam tais mudanças. (CERASOLI, 2004, p. 312)

Cerasoli se atenta ainda para o caráter homogeneizante que os termos “modernização” e “progresso” acabaram tendo nos estudos referentes aos processos ocorridos em São Paulo nesse período, e como é necessário ter certa cautela quanto a este uso, uma vez que esconde fissuras e contradições. Nesse aspecto, destaca que o empréstimo desses vocábulos

acaba transferindo para os estudos sucessivas traduções de uma dada concepção do progresso e da modernização, não raramente subvertendo-a em um discurso linear e hegemônico, inclusive remetendo-o a supostos programas de um único setor da sociedade. Ao entrecruzar o discurso positivo do progresso tomado dos contemporâneos às interpretações relativas ao processo de urbanização largamente apoiadas em análises estruturais, muitos estudos acabam, por um lado, reafirmando os valores tomados como modernos nos momentos descritos, e por outro revigorando como pressuposto de análise o domínio das elites políticas e econômicas. [...] [Essas análises] dificultam a compreensão das complexidades do processo, incorrendo no risco de se ocultar as fissuras, as contradições e os embates também nele fortemente presentes (CERASOLI, 2004, p. 312-314)

Essa homogeneização perceptiva parece ter sido reforçada com a adoção do termo higienismo que, de uma concepção biológica e médica, pautada principalmente pelas ideias de saneamento, promoção da saúde, combate de doenças e males corporais, ganhou com o tempo um espectro político-social de tom civilizatório, vinculado a um discurso eugênico. Como pontua a psicóloga Maria Lúcia Boarini, no final do século XIX e início do XX era possível encontrar a ideia de uma higiene urbana, capaz de ligar o aumento de doenças à uma ausência de infraestrutura, à más condições de habitação e à miséria. Esse discurso, contudo, foi além e passou a ser instrumentalizado pelos grupos eugenistas para defender a noção de que não apenas o espaço degradado, mas também seus habitantes, eram responsáveis pela existência e proliferação de doenças. Dessa forma, criou um terreno fértil para semear o mito da indissociabilidade relacional entre pobreza ↔ ausência de higiene ↔ doença (BOARINI, 2003, p. 33-35). Concomitantemente, os

higienistas se viram autorizados a expandirem sua correlação para um campo moral, abarcando os costumes, a psique e tudo aquilo que a lógica burguesa considerasse desviante da sua concepção de sociedade ideal (2003, p. 37).

Esse idealismo social em muito se traduzia na imagem de uma urbano-civilidade europeia, importada ao país e traduzida no desejo de transformar São Paulo em um espetáculo do progresso, tal qual se expunham nas Exposições Universais. Essas, como pontua a historiadora Sandra Pesavento, “funcionavam como síntese e exteriorização dos ‘novos tempos’ e como vitrine de exibição dos inventos e mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica” (PESAVENTO, 1997, p. 14). Dessa forma, elas funcionavam como “um instrumento de sedução social ou ainda como um lugar de celebração da utopia” (PESAVENTO, 1997, p. 16). Não surpreendente, pois, seria o fato de que uma das suas principais edições – a Exposição Universal de 1889, celebratória do centenário da Revolução Francesa e da República – contrastaria os saltos tecnológicos franceses – materializados na figura da Torre Eiffel, o maior prédio do mundo no período, com seus exatos 300 metros – com o atraso técnico, ruralismo e exotismo de ex-colônias como o Brasil, que não apenas era um mero exportador de matéria-prima mas também um dos poucos impérios em um evento de repúblicas<sup>5</sup>.

Logo, promover a urbano-civilidade, quando finalmente república, era uma forma de efetivar o desejo de se aproximar das metrópoles europeias, numa tentativa de se dissociar do atraso que parecia condenar o Brasil ainda nascente. Em termos práticos, essa promoção seria traduzida em terras tupiniquins, dentre outras coisas, pelo estilo eclético adotado na arquitetura das “novas” capitais, tal qual a paulistana com o fim da reconfiguração urbana de sua região central. Essa civilidade importada, entretanto, talvez não quisesse – e mesmo se quisesse, não conseguiria – anular completamente as características locais. Ao olharmos para o processo francês, fonte de inspiração, David Harvey nos conta que o empenho de modernizar não estava ligado ao desejo de “ruptura radical com o passado”, mas sim ao esforço de realizar uma *creative destruction* (HARVEY, 2015, p. 11), ou seja, dar forma controlada as mudanças provenientes de uma inquietação latente.

Essas mudanças controladas, sintetizadas no caso paulistano sob o termo “melhoramentos”, nunca foram neutras, mas sim tradutoras de interesses pessoais e políticos. Retornando as ideias de Cerasoli, destacamos o

---

<sup>5</sup> É importante lembrar que a Proclamação da República do Brasil ocorreria apenas 15 dias após o final da exposição, em 15 de novembro de 1889.

quanto era possível mobilizar ao se recorrer a essa noção: movimentava-se recursos, técnicas, expectativas, e gerenciavam-se as tensões. O melhoramento seria, assim, um conceito aglutinador, uma idéia-força, gerador de interesse, poder simbólico, na medida em que se aproxima da ação política. Desse modo, quando se discute a questão dos melhoramentos não se recobre apenas um campo de atuação, pautado pelos saberes técnicos e especializados, mas um campo político, de tensões. (CERASOLI, 2004, p. 262-263)

Essas tensões políticas, como já esperado, não se davam pelas árduas defesas dos interesses públicos, mas sim pelos privados, principalmente financeiros. Nossa inquietação terminológica, pois, está no silêncio que “melhoramentos” produz sobre a questão econômica. Como advoga Beatriz Bueno, “boa parte das renovações fo[ram] obra da iniciativa privada, orquestrada e induzida pelo poder público por meio de pormenorizada legislação e alguns planos urbanísticos” (BUENO, 2016, p. 102). Dessa forma, seria ingenuidade desconsiderar o peso – ou até mesmo o protagonismo – que o anseio pelo capital e, principalmente, o lucro, tiveram no processo. Essa influência, como veremos nesse estudo, per fez questões que abarcavam desde a escolha dos locais a serem desapropriados e demolidos até mesmo a localização e execução de serviços como saneamento básico, energia elétrica, inclusão de linhas de bonde, localização de benfeitorias públicas, dentre outros. De modo igualmente, se não mais, escandaloso, veremos também como em muitos casos os imóveis desapropriados eram de agentes públicos e/ou políticos que decidiam ativamente sobre questões desse mesmo processo – desde votações sobre o nome de ruas à propostas que seriam implantadas.

O anseio especulativo sobre o território, sobre o lucro e sobre o processo de *creative destruction* é, pois, o elo desta cadeia que, a nosso ver, os conceitos até então empregados não conseguem abarcar. Ainda que a questão mercadológica esteja implícita ao utilizarmos “remodelação”, por exemplo, o termo não expressa o tom capitalista da movimentação ocorrida no Anhangabaú, nem consegue explicitar que o anseio dos atores privados pelo lucro possuía igual, se não mais, importância que o desejo de se aproximar de uma urbano-civilidade europeia. Este ponto fica muito claro ao analisarmos a pós-reorganização espacial daquela região: uma vez desapropriados e reconstruídos os edifícios, os mesmos atores que ansiavam pela vivência europeia foram os que também começaram a colocar abaixo seus imóveis recém-inaugurados, dada a identificação da verticalização nova-iorquina como uma forma mais rentável de utilização do espaço urbano. Esse aspecto também é abordado por Bueno, ao apontar que

[...] após os anos 1920 a cidade explodiu em altura, induzida por uma legislação urbanística que privilegiou as demandas de um mercado imobiliário cada vez mais aquecido, em resposta a uma cidade que não parava de crescer. [...] A altura tornou-se cada vez mais sinônimo de modernidade, e muitos proprietários não hesitaram em pôr abaixo seus imóveis ecléticos recém-construídos e substituí-los por outros mais altos, pois havia demanda (BUENO, 2016, p. 124).

Fechada a questão terminológica, gostaríamos de nos aprofundar brevemente em um último ponto. Em seu trabalho, Bueno traz de Milton Santos – do livro *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção* – a analogia entre a paisagem e um palimpsesto. Segundo sua premissa, “os fragmentos materiais da paisagem urbana contemporânea oferecem pistas que permitem supor seu caráter histórico” (2016, p. 100), e, logo, o objetivo dos estudos nesse campo é tentar “desvelar as camadas desse palimpsesto, tateando alguns vestígios e imaginando as lógicas que presidiram a sua produção e apropriação” (Ibidem). Essa ideia tende a beber diretamente da teoria Braudelianiana de que “a paisagem é um precioso instrumento de trabalho, na medida em que [...] é como nossa pele condenada a conservar a cicatriz das feridas antigas” (Ibidem).

Dessa forma, a ideia de Santos é de que “mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe” (SANTOS, 2006, p. 69). Essa percepção, contudo, se choca com a clássica ideia de Benedito Lima de Toledo de que

“a cidade de São Paulo é um palimpsesto – um imenso pergaminho cuja escrita é raspada de tempos em tempos, para receber outra nova, de qualidade literária inferior, no geral. Uma cidade reconstruída duas vezes sobre si mesma [no século XX]” (TOLEDO, 1981, p. 67).

Como mediador, nos referenciamos em Bernard Lepetit ao defender que “a cidade não é um palimpsesto” (2016, p. 176), ao menos não como definido por Toledo. Dito de outro modo, se as camadas físicas podem ser raspadas para dar lugar a outras, o mesmo não pode ser feito com as econômicas e sociais. É impossível raspar um grupo social – e principalmente os usos que imprime no espaço – da dimensão urbana, ainda que os processos de elitização – dentre os quais o que tomamos aqui como objeto de estudo – tentem fazê-lo insistentemente. É possível escondê-lo, sobrepô-lo, descaracterizá-lo, mas não apagá-lo por completo. Este grupo muda de lugar, mas ainda existe. Seus traços, em alguma medida, seguirão ali. Dessa forma, Petit tem razão ao apontar que, nos estudos urbanos tradicionais, “não se deu aos usos sociais da cidade a mesma atenção classificatória que se dedicou às formas urbanas.” (Ibidem). Como defende, “a cidade é



feita de cruzamentos” (p. 177), e justamente aí mora todo o seu problema e complexidade pois

dissociar os estudos sobre a urbanidade e as pesquisas sobre a morfologia urbana acarreta a perda da questão urbana em sua especificidade. A cidade não dissocia: ao contrário, faz convergirem, num mesmo tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado. Ela cruza a mudança mais difusa e mais contínua dos comportamentos citadinos com os ritmos mais sincopados da evolução de certas formas produzidas. A complexidade é imensa (p. 177).

Nessa linha, ao nos afastarmos do voo de pássaro para nos aproximarmos do nível da rua, também queremos nos afastar da excessiva atenção dada aos processos físico-arquitetônicos e nos aproximar dos usos. Como ainda apontado por Petit, precisamos entender que “as mudanças sociais de uso determinam as modalidades de resistência e a duração de vida do construído, muito mais do que o inverso” (Ibidem). Dizemos isso pois, ao contrário do que inicialmente esperávamos, encontramos na análise da documentação levantada, conforme será demonstrado no decorrer deste trabalho, algumas resistências humanas ao processo de elitização. Discretas, é claro, mas existentes. Nisso, nosso trabalho parece dialogar com o de Monique Félix Borin ao igualmente estudar experiências de urbanização em São Paulo, no mesmo recorte temporal que propomos, contudo para a Barra Funda. Como nos conta Borin, ao propormos qualquer trabalho desse tipo precisamos lembrar que

há ainda o também relevante elemento da própria resistência da população mais empobrecida da cidade, que através de diversas estratégias impõe que o projeto modernizante paulista, naquele período, seja mais um discurso que uma prática concreta (BORIN, 2014, p. 115-116).

Essa ideia volta a ser reafirmada quando a autora traz para a discussão o trabalho de Carlos José Ferreira dos Santos<sup>6</sup> – que assim como nós estuda exclusão dos brasileiros pobres que viviam no centro da cidade, neste caso em sua maioria negros, no mesmo recorte temporal – ao apontar que esses projetos de modificação física – com suas escolhas terminológicas falsamente consensuais – criavam uma cortina de fumaça para o fato de que

o próprio espaço de construção do urbano era um largo campo de batalhas, em que as imposições e transgressões se davam de maneira cotidiana na rua, nas

---

<sup>6</sup> Para melhor leitura do texto, a título de esclarecimento, achamos importante especificar que nos referimos ao trabalho “Nem Tudo Era Italiano - São Paulo e pobreza (1890/1915)”.

praças, becos e várzeas dos rios (SANTOS, 1998, p.177 *apud* BORIN, 2014, p. 143).

Esses ecos, encontrados nos diferentes trabalhos sobre o período, servem não apenas para reafirmar Petit ao defender que “o comportamento dos cidadãos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes” (2001, p.145), mas também para reafirmar Cerasoli quando disse, pouco antes, que o empréstimo dos vocábulos que buscamos discutir transfere aos estudos traduções de modernização e progresso subvertidas “em um discurso linear e hegemônico, inclusive remetendo-o a supostos programas de um único setor da sociedade” (2004, p. 312-314).

Essa hegemonia discursiva também é explicitada por Borin, com auxílio de Marins, ao dizer que

isso se deu justamente nas questões ligadas a expansão e segmentação urbana de São Paulo naquele período, que por vezes se foca apenas nas representações coletivas do concretamente vivido, criando uma “dimensão imaginária relativa a cidade” (MARINS, 2011, p.210) que transforma em prática uma visão bastante parcial, e direcionada, da urbanização paulistana (BORIN, 2014, p. 145).

Mas a autora, contudo, rapidamente retoma em Marins sua defesa – também nossa e dos autores já citados – de que basta ao observador desviar seus olhos dos grandes projetos de arquitetura e das novas construções, detendo-os brevemente no nível da rua, para perceber

que as fraturas teimam em aparecer quando nos aproximamos das práticas da vida real dos habitantes da capital paulista, que em muito se contrapunham a um “modelo formador” de práticas modernas, ordenadas e disciplinadas (MARINS, 2011, p.211 *apud* BORIN, 2014, p. 145).

Dessa maneira, permanecemos com Petit ao sintetizar nossas percepções dizendo que

a forma de uma cidade pode mudar mais depressa que o coração dos homens. Renovem as casas, alinhem as ruas, transformem as praças: “As pedras e os materiais não lhes oporão resistência. Mas os grupos resistirão, e neles vocês enfrentarão a resistência, senão das pedras, ao menos de suas disposições antigas”. [...] Já que todas as condutas de um grupo social podem traduzir-se em termos espaciais, cada lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo. Já que todas as condutas do grupo são cristalizadas por hábitos, elas registram configurações espaciais passadas (p. 184).

Finalizado o parêntese, passamos, enfim, as minúcias do recorte. Entre os logradouros que compõem a região do Anhangabaú, e que poderiam ser tema desse estudo, dois, como já especificado, nos chamam especial atenção: as ruas Líbero Badaró e Formosa. A primeira, consolidada na bibliografia<sup>7</sup> sobre a região como uma das principais ruas de prostituição da capital – e tendo entre seus frequentadores os estudantes da antiga Faculdade de Direito<sup>8</sup> (atual Faculdade de Direito do Largo São Francisco) – seria reconstruída durante o processo, tornando-se posteriormente, entre outras coisas, endereço da *garçonière*<sup>9</sup> de Oswald de Andrade – este, estudante da mesma faculdade, poeta e fundador (junto com outros amigos e frequentadores do espaço, como Inácio da Costa Ferreira, Menotti del Picchia e Guilherme de Almeida) da Semana de Arte Moderna de 1922.

O evento, vale a pena lembrar, ocorreria em outro local recém-criado pelas elites: o Theatro Municipal. Inspirado na Ópera de Paris, a mais nova casa de espetáculos viria como um sopro de civilidade, luxo e entretenimento onde, tal qual indicou Harvey para o caso parisiense, seria possível exibir a riqueza burguesa<sup>10</sup>. Destinado a um público restrito, o Theatro Municipal seria mote de transformação do Anhangabaú e, dessa forma, o parque construído ao seu redor funcionava como um *boulevard* a brasileira, ou seja, um centro de exibição pública onde seria possível performar, teatralizar e consumir as novas formas de entretenimento<sup>11</sup>. Harvey já havia nos alertado sobre o papel destinado aos grandes *boulevards*, ao dizer que, com as reformas de Haussmann em Paris,

o papel dos bulevares, já consolidados durante a Monarquia de Julho como importantes centros de exibição pública, foi reafirmado e transformado em algo muito maior. Sua teatralidade fundiu-se com o mundo performático presente em muitos teatros, cafés e outros locais de entretenimento que pipocavam ao redor, criando assim espaços para a exibição da riqueza burguesa, do consumo ostensivo e da moda feminina (HARVEY, 2015, p.290).

---

<sup>7</sup> Onde se destaca o trabalho de Simões Junior, ao qual já nos referimos anteriormente, mas onde também apontamos especificamente o trabalho da historiadora Margareth Rago (1991), e do delegado de polícia Guido Fonseca (1982).

<sup>8</sup> Neste ponto, ainda nos remetemos ao trabalho de Guido Fonseca (1982, p. 83-92).

<sup>9</sup> Termo dado para os pequenos apartamentos que se destinam ou são usados somente para encontros amorosos

<sup>10</sup> Ironicamente, seria justamente nela e nos imóveis ao seu redor – com todo o esplendor do ecletismo e do ideário francês iluminando as novas modificações urbanas – onde seria gestado um dos mais importantes movimentos de vanguarda brasileira, focado em explorar signos nacionais em busca de uma identidade própria, que acabou influenciando desde movimentos como o tropicalismo a até mesmo o uso do concreto armado como elemento de uma arquitetura nacional.

<sup>11</sup> Que guardava contornos muito próximos a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) de Pereira Passos onde, no início, era permitido transitar em sua extensão apenas utilizando vestimentas específicas, como fraques e vestidos longos (BUENO, 2005).

Mas não apenas das *garçonnières* de seus antigos frequentadores viveria a nova Libero, como também do comércio. Não o que possuía antes, considerado indecoroso ainda que sempre muito procurado, mas sim do respeitável e acessível a todos. Era o caso, por exemplo, do Café Colombo, localizado no edifício em frente a *garçonnière* de Andrade, que possuía também, nos andares superiores, alguns consultórios médicos. Ou ainda da farmácia Ypiranga, instalada na esquina do Viaduto do Chá, no térreo de um dos palacetes de Eduardo Prates (figura que veremos mais a fundo posteriormente) e que era considerada uma das melhores da cidade (WALKER, 2017, p. 85). O único uso aparentemente não mais encontrado naquela rua era a moradia, ausência mantida até os dias atuais. Nesse aspecto, as modificações realizadas nesse logradouro guardariam particularidades frente aos exemplos clássicos de elitização, visto que o local se transformaria em espaço de consumo, mas não de moradia das classes abastadas. Dessa forma, serviria ao lucro, as vitrines e a exibição pública, mas permaneceria completamente apartada da vida privada, que se conectava a uma outra estética urbana. Os indivíduos que dela usufruíam, contudo, também merece ser vistos com alguma cautela, pois nem sempre se tratavam dos representantes de linhagens tradicionais. Quanto a isso, Borin também argumenta que

enquanto as elites tradicionais de São Paulo preservavam a cidade tal como sempre viveram nela, na mistura, já que a sua distinção em relação aos demais se dava de outra forma, pelo simples fato da distinção, seja pelo sangue ou pelo título, a nova elite não podia sustentar esses predicados, e tinha de usar de outras estratégias para se diferenciar do povo. Por isso, o lugar de morar, separado, especializado, era tão importante para essa nova elite (BORIN, 2014, p. 55).

Não obstante, ainda que conseguissem diferenciar seu local de moradia, especificar a vertente comercial da nova região não seria o suficiente para homogeneizá-la. Ao pensar a ocupação da Barra Funda, Borin relataria processo semelhante, dizendo que

apesar da presença marcante dos vetores de expansão da cidade (VILLAÇA, 2001), as contradições internas desse processo não conseguiram dar um sentido socialmente homogêneo à ocupação das novas regiões, em certa medida repetindo o que era a tônica do núcleo central da cidade que persistiu naquele confinamento por tanto tempo: o de uma ocupação mista (BORIN, 2014, p. 44).

Nesse aspecto, a análise de Bueno volta a se alinhar com o cenário que encontramos, ao apontar que:

os comerciantes – em geral estrangeiros – foram, a nosso ver, na sua maioria inquilinos tanto das lojas como dos modernos apartamentos ainda não incorporados ao gosto da oligarquia e das camadas médias nacionais acostumadas a morar em moradias individuais. (BUENO, 2016, p. 123).

Entretanto, apesar das potencialidades analíticas apresentadas pela Líbero Badaró, não é sobre ela que nos debruçaremos neste trabalho, mas sim sobre o segundo caso. De abertura antiga, mas ocupação tardia, a Formosa é para nós um retrato fiel da evolução da capital paulista naquele período. Suas primeiras construções em série – justamente os imóveis que estudamos – ocorreriam no final do império, momento em que o café no oeste dava sinais de que levaria o estado ao ápice econômico, e que as elites locais ansiavam pelos holofotes políticos que a república poderia lhe trazer.

Não obstante, se na transição dos regimes – marcada pelo crescimento e pelas diretrizes de incentivo imigratório do governo paulista<sup>12</sup> – o logradouro aparentava possuir moradores com uma condição financeira mais elevada, o mesmo não poderia ser visto durante a crise do encilhamento. Dada a forte recessão econômica vivida no país, inúmeros imigrantes com melhores condições financeiras, sobretudo italianos que não conseguiam mais se fixar, reemigrariam para a Argentina ou regressariam à Europa<sup>13</sup>. Junto a essa debandada rumo ao país platino se somaria o Decreto de Prinetti, aprovado pelo governo italiano visando proibir a imigração subsidiada ao Brasil<sup>14</sup>, o que restringiria

---

<sup>12</sup> Conforme apresentado por Lanza e Lamounier, “durante todo o período de vigência da imigração subsidiada, entre os anos de 1886 e 1928, o estado de São Paulo recebeu cerca de 59% dos estrangeiros que entraram no país, havendo picos como no período de 1901 a 1905 quando quase 70% deles se dirigiram ao estado. Vasconcellos (1941, p. 6) afirma que a razão pela qual a maior parte da corrente imigratória ter se dirigido a São Paulo foi ‘o estímulo crescente dado pela administração paulista à introdução de imigrantes’ diante do ‘pequeno interesse demonstrado pelo Governo da União, de 1896 em diante, pelo desenvolvimento da imigração’” (LANZA; LAMOUNIER, 2015, p. 98).

<sup>13</sup> Neste aspecto, ainda nos valem do trabalho de Lanza e Lamounier ao analisarem os Relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (RSASP), nos contando que, entre 1898 e 1899, seria mapeado uma queda imigratória causada, dentre outras coisas, pelos “embaraços criados na Áustria, e na Espanha para a saída de imigrantes e as condições da economia brasileira (RSASP, 1898, p. 45)” (LANZA; LAMOUNIER, 2015, p. 98). Ainda segundo os autores, “nota-se que, nos períodos em que a economia argentina ou a brasileira entravam em crise, o fluxo migratório tendia a se direcionar para um ou para o outro país. Quando a Argentina entrou em crise na década de 1890, a imigração para o Brasil ganhou forças, impulsionada pelo fim da imigração e pelo crescimento da produção cafeeira em São Paulo. Na primeira década do século XX, a crise na agricultura, a proibição na Itália da imigração subsidiada para São Paulo e, na Argentina, a recuperação econômica, desenvolvimento industrial e contínua expansão da fronteira agrícola impulsionaram e condicionaram a imigração para o país platino” (p. 105).

<sup>14</sup> O Decreto de Prinetti, aprovado pelo Commissariado Geral da Emigração na Itália em 26 de março de 1902, tinha como objetivo vetar a imigração de seus cidadãos a partir das políticas de subsídio oferecidas

ainda mais a presença de novos estrangeiros na cidade. As mudanças que esses acontecimentos causariam no perfil de ocupação da Formosa seria perceptível ao observarmos os inúmeros leilões realizados por moradores imigrantes que desejavam se desfazer de todos os seus bens por motivo de mudança. Essas vendas, contudo, não lhes seriam exclusivas, sendo também realizadas por brasileiros afetados pela crise que buscavam voluntariamente arrecadar recursos ou, involuntariamente, eram obrigados a fazê-lo para arcar com cobranças legais, expressas nos leilões judiciais.

A saída desses moradores abriu espaço para atender um novo tipo de demanda cada vez mais presente na cidade: a dos trabalhadores do setor terciário – como comércio, educação, transporte, consertos e manutenções, serviços administrativos, etc. – e a dos operários fabris das novas indústrias em formação, pressionando o mercado imobiliário por mais moradia em uma cidade que, se por um lado estava em franca expansão, por outro ainda possuía uma estrutura muito escassa. Essa nova parcela de inquilinos, contudo, ao contrário da primeira, dispunha de poucos bens e de uma remuneração incompatível com a locação e manutenção de um imóvel inteiro. Não surpreendente, pois, seria – se não o surgimento, a intensificação – de pensões e alugueis de quartos, mas também o arrendamento de andares, salas, imóveis de um cômodo e tudo que pudesse ser subdividido e locado para gerar renda e aliviar a demanda por habitação na capital.

Essa nova identidade da rua, como veremos no decorrer deste trabalho, ficaria explícita tanto nos anúncios de jornal quanto nos livros de matrícula das escolas públicas do estado, onde é possível encontrar duas, três e até quatro crianças que, ao se matricularem na instituição de ensino, utilizariam endereços semelhantes. Seus pais, por outro lado, possuíam não só empregos como muitas vezes nacionalidades distintas, ainda que habitassem o mesmo local.

É justamente esses indivíduos que sofrerão no processo de elitização da região quando, em 1911, ano de inauguração do Theatro Municipal, o Conde de Prates aceitaria desapropriar seus terrenos em favor da municipalidade. Concretizadas as negociações, as desocupações passariam a ser uma questão de tempo, e, ao final do processo, os imóveis localizados no lado ímpar seriam completamente demolidos, sem exceção. Se para Prates a desapropriação era, na medida do possível, um negócio aceitável, para os desabitados, contudo, o cenário era outro. As obras de reconstrução da região fariam do centro um local caro, impossibilitando a permanência de alguns.

---

pelo governo brasileiro, dadas as péssimas condições vivenciadas por essas populações nas fazendas de café.

Isso, contudo, não se aplicaria a todos. Os imóveis localizados no lado par seriam mantidos – ainda que alguns fossem demolidos e reconstruídos –, guardando não apenas seus usos antigos, mas também o mesmo perfil de moradores. Como Borin e Bueno já apontaram acima, as contradições internas do processo ocupacional da capital não conseguiram colar nesses espaços um sentido socialmente homogêneo, permitindo a manutenção de uma ocupação mista.

Destarte, para realizar esse exercício analítico, indicamos que nosso trabalho se dividirá em três capítulos. No primeiro, abordaremos a fase inicial de ocupação, concentrada entre a idealização do Viaduto do Chá, em 1877, e sua inauguração, em 1892. Dentro desse recorte, esmiuçaremos a evolução ocupacional daquele espaço, definindo os primeiros proprietários, a constituição dos elos familiares que os rodeavam e as relações políticas e empresariais que se entrelaçavam. Além disso, tentaremos traçar o perfil dos primeiros moradores do logradouro.

No segundo, nos debruçaremos sobre a fase de maior complexidade ocupacional da Formosa, concentrada entre a inauguração do Viaduto do Chá, em 1892, e a inauguração do Theatro Municipal, em 1911. Em meio a crise do encilhamento, buscaremos traçar o espectro de ocupação da rua nesse período, marcado pela saída de proprietários e moradores com melhores condições – materializado por constantes leilões – e o simultâneo aumento gradual de duas tendências: a intensificação de atividades comerciais e a fragmentação do uso dos imóveis, que não são mais ocupados apenas por uma família ou com um objetivo, mas ganham caráter múltiplo. Além disso, analisaremos as questões sociais e discursivas que levariam a construção do “Vale como lugar”, e que culminaria tanto na destruição de parte dos imóveis como na remodelação de todo aquele espaço.

No terceiro e último, analisaremos o período entre a inauguração do Theatro Municipal, em 1911, e a conclusão da primeira parte das modificações do Plano Bouvard, em 1917. Ao fazê-lo, buscaremos apontar as tensões existentes no processo de elitização não apenas da Formosa, mas do Anhangabaú como um todo, marcado por resistências e até mesmo despejos em ruas próximas. Além disso traçaremos um panorama das modificações implementadas e o perfil dos moradores que permaneceriam nos poucos imóveis restantes no logradouro, discutindo até que ponto a Formosa de fato se elitizou com a implantação do Plano Bouvard.

No epílogo, realizamos um retrospecto do que estudamos tendo como eixo norteador os imóveis 16, 18 e 18A. Simultaneamente, apresentamos caminhos possíveis

aos desdobramentos do nosso recorte temporal, tentando compreender o espraiamento das novas lógicas de ocupação após as mudanças. Por fim, nossa conclusão apresenta uma reflexão acerca das continuidades no Anhangabaú: das pessoas, dos espaços e dos usos. Como pontuou Lefebvre, a cidade nada mais é do que a *projeção da sociedade sobre um local* (2001, p. 62) e, nesse aspecto, é preciso entender sociedade como a conformação de uma diversidade de indivíduos com seus tempos, pensamentos, expectativas e atuações no espaço de acordo com suas perspectivas e experiências. E é esta projeção coletiva, pois, justamente o mote que nos leva ao nosso primeiro capítulo.